

Um estudo sobre as decorrências do processo de municipalização: o caso das escolas ocupando o mesmo espaço

A study on the consequences of the municipalization process: the case of schools occupying the same space

Paulo Sérgio Garcia¹

Fernando Barradas Vessio²

Resumo: O processo de municipalização do ensino público no Brasil, realizado com maior ênfase a partir da década de 1990, gerou mudanças administrativas e consequências no campo educacional em todo o país. Em São Caetano do Sul, cidade localizada na região metropolitana de São Paulo, a partir da municipalização, que se iniciou em 2007, duas escolas passaram a compartilhar o mesmo espaço (prédio), uma situação inédita e singular no município. Dessas unidades escolares, uma é municipal e atende alunos do ensino fundamental, anos iniciais, e a outra é estadual e assiste aos estudantes do ensino fundamental, anos finais, e do ensino médio. Este estudo analisa, na visão de alguns atores escolares (gestores, professores, funcionários, alunos e pais), as decorrências do processo de municipalização, onde duas escolas passaram a compartilhar o mesmo espaço. Para tal, utilizou-se a metodologia qualitativa, por meio de entrevistas para a coleta dos dados. Os resultados revelaram a presença de elementos de conflitos; de incertezas profissionais; de ausência de consenso em relação à municipalização; de comparações entre os estabelecimentos de ensino e de melhorias na infraestrutura escolar. Todas essas questões foram potencializadas por um cenário marcado pela ausência de diálogo, de planejamento e de colaboração, principalmente, entre as diversas equipes gestoras que já atuaram pelas duas esferas. Os dados podem ser utilizados por universidades em cursos de formação de gestores e de professores e por secretarias de educação e diretorias de ensino que pretendam realizar o processo de municipalização.

Palavras-chave: Municipalização do ensino; Escola pública; Ensino fundamental; Compartilhamento de espaço escolar.

Abstract: The process of municipalization of public education in Brazil, carried out with greater emphasis since the 1990s, has generated administrative changes and educational consequences throughout the country. In São Caetano do Sul, a municipality of the great ABC Paulista, from the municipalization, that began in 2007, two schools started to share the same space (building), an unprecedented and unique situation in the city. One of these schools is administered by the municipal sphere, assisting students from 6 to 11 years old (elementary school initial years), and another by the state, assisting students from 11 to 14 years old (elementary school, final years), and high school students. In this context, these schools show quite different realities in several characteristics. This study analyzed the perception of the people involved in this reality, principals, teachers, employees, students, and parents, about the sharing of the space, existed because of the municipalization process. It was used qualitative methods,

1 Pós-Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, professor titular dos cursos de graduação e pós-graduação do departamento de educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo, Coordenador do Observatório de Educação do Grande ABC. E-mail: paulo.garcia@online.uscs.edu.br.

2 Mestre em Educação pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo. Professor da rede municipal de ensino de São Caetano do Sul.

using interviews, to collect data. The results revealed the presence of some conflict elements, such as professional uncertainties; the absence of consensus concerning the municipalization; the comparisons between the schools; and the improvements in physical infrastructure, among others. All of these issues were strengthened by a scenario marked by the absence of dialogue, planning and collaboration, especially among the various management teams that have already worked in both spheres. The data can be used by universities in principals and teachers' courses and also by secretariats of education that wish to carry out the process of municipalization.

Keywords: Municipalization; Public school; Elementary school; Sharing of school spaces.

Introdução

O processo de municipalização, como forma de descentralização, foi realizado com maior ênfase a partir dos anos de 1990, gerando mudanças administrativas e implicações para o campo educacional em todo o país. Ele foi também influenciado pelas políticas neoliberais, sobretudo, aquelas que buscavam um estado com menos gastos públicos.

A Constituição Federal (CF/88) destacou um novo papel aos municípios na estrutura federativa brasileira, com maior autonomia administrativa e jurídica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), criado pela Emenda Constitucional n.º 14/96, e o Fundo do Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Lei n.º 11.494/2007, foram fundamentais para a municipalização do ensino, pois trouxeram apoio normativo, estrutural e jurídico, possibilitando, entre outras questões, a redistribuição dos recursos financeiros. Pesquisadores, de fato, sustentam que essas leis foram suportes legais importantes para a municipalização ocorrer no Brasil (SILVEIRA, 2015, entre outros).

A CF/88 estabeleceu, em seu artigo 211, que os entes federados deveriam organizar a oferta do ensino em parceria, todavia esta lei não definiu a forma e as responsabilidades de cada ente. Com a aprovação recente, 2022, no senado, ainda falta o documento passar na Câmara dos Deputados, da criação do Sistema Nacional de Educação (SNE), espera-se que tais responsabilidades sejam definidas. A LDBEN/96 estabeleceu a divisão destas atribuições e competências, responsabilizando os municípios pela educação infantil e pelo ensino fundamental (art. 11), os Estados, no artigo 10, pelo ensino médio (BRASIL, 1996).

No estado de São Paulo, o governo paulista começou a transferir a responsabilidade de parte do ensino fundamental, principalmente dos anos iniciais, por meio de programas da Secretaria de Educação (Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município), que previam assistência aos municípios, em meados da década de 1990.

Já no contexto municipal, várias cidades iniciaram seus processos de municipalização. São Caetano do Sul, entre outras, foi uma que aderiu a esse movimento a partir de 2007, pouco mais de uma década depois do governo paulista começar a incentivar esse processo.

Entre as várias razões que levaram a prefeitura de São Caetano do Sul a municipalizar parte do ensino público, estavam o interesse e o “clamor” da população local por maior qualidade nos serviços de educação (GALLO, 2014).

A mesma autora supracitada indicou que o processo de municipalização melhorou, entre outras questões, a infraestrutura das escolas da cidade, em termos de materiais e tecnologias (computadores).

No entanto, em São Caetano do Sul, a municipalização acabou gerando uma situação peculiar, onde duas escolas passaram a compartilhar o mesmo espaço (prédio): uma unidade municipal, atendendo aos alunos do ensino fundamental, anos iniciais; outra estadual, assistindo os jovens do ensino fundamental, anos finais, e do ensino médio.

Esse compartilhamento de espaço, também chamado coabitação, entre duas escolas de administrações diferentes, se revelou como um processo singular e complexo para gestores, professores, funcionários, alunos e para a comunidade em geral (atores escolares). Trata-se de contextos muito diferentes em termos de filosofia de ensino, posicionamento pedagógico, formas de atendimento de alunos, infraestrutura escolar, entre outros. Monteiro (2018) indicou que muitos casos de coabitação acabaram surgindo com o processo de municipalização, no qual os municípios ficaram legalmente responsáveis, prioritariamente, pela educação infantil e pelo ensino fundamental e os estados pelo ensino médio. Esta coabitação gerou, em muitos casos, vários problemas, desde reclamações e de privações do uso dos espaços até ofensas entre funcionários.

O compartilhamento tem sido visto como uma alternativa para garantir atendimento educacional local para as crianças e para os jovens, onde obrigações e responsabilidades necessitam ser divididas. Dados de Cunha (2020) mostram que no estado de Minas Gerais existiam 694 escolas coabitadas. Em 2019, eram quase 20% do total delas, um montante de 3.609.

O compartilhamento de escola traz em si a ideia de interdependência entre os entes federados. O espaço escolar, muito mais do que o prédio, se constitui em uma instituição social e cultural que possui muitos significados. As escolas, mesmo compartilhando o mesmo espaço, são possuidoras de valores, culturas, ideologias e sistemas de ensino diferentes e necessitam ser respeitadas.

Neste cenário de compartilhamento de escola, consequente da municipalização, está assentado este presente estudo que analisa, na visão de alguns atores escolares, as decorrências do processo de municipalização, onde duas escolas passaram a compartilhar o mesmo espaço (prédio).

Municipalização do ensino no Brasil: contexto histórico

Oliveira (2012) indicou que o conceito de municipalização do ensino está assentado em duas compreensões. A primeira atrela-se à expansão das matrículas da rede municipal e a segunda à transferência de rede de ensino de um nível da Administração Pública para outro.

O processo de municipalização da educação pública no Brasil, promovido pela União com maior ênfase após o fim do regime militar, em 1985, foi idealizado como parte de uma política de descentralização de serviços sociais adotada pelo Governo Federal.

Tal movimento contou com apoio legal de várias legislações, CF/88, LDBEN/96, FUNDEF e FUNDEB. No primeiro caso, a CF/88 proporcionou aos municípios um novo papel na estrutura federativa brasileira, sobretudo com maior autonomia administrativa e jurídica. O município passou a ter maior espaço para atuação e potencial dentro da relação com as outras esferas federativas (Estados), mesmo que sem recursos financeiros suficientes para atuar nas novas funções.

No segundo caso, a LDBEN/96 também foi um dos alicerces para a municipalização, pois previa, entre outras diretrizes, a criação do Plano Nacional de Educação e, conseqüentemente, dos Planos Municipais de Educação (PME), o que propiciou uma definição mais clara em relação à competência dos

municípios para elaboração de seus sistemas de educação.

No terceiro caso, o FUNDEF e FUNDEB instituíram, por meio de um mecanismo de redistribuição, recursos financeiros para os municípios, acelerando, portanto, o número de adesões ao processo de municipalização. O Ministério da Educação (MEC), em 1996, indicou que o fundo buscava diminuir as desigualdades, reorganizando a distribuição dos recursos, o que, conseqüentemente, seria um incentivo para os municípios assumirem o ensino fundamental da esfera estadual.

Além dessas legislações, o avanço das políticas neoliberais, que trouxe as bases ideológicas aplicadas na iniciativa privada para o sistema educacional público, incidiu fortemente na descentralização dos serviços e no controle de qualidade à distância, mediante sistemas de avaliação externos e em larga-escala, indicadores educacionais e políticas de meritocracia, entre outros. Um contexto em que o estado passa a ter o papel de “avalista”, governando e controlando a distância.

Neste contexto de avanço das políticas neoliberais, o movimento de descentralização se fortaleceu e o processo de municipalização do ensino, um “braço” importante deste movimento, se estruturou assentado nas legislações. É neste cenário que surge uma nova configuração entre os entes federativos. Araújo (2010) refere-se a essa relação tridimensional como sendo, entre outras questões, predatória para os municípios, pois não há clareza e nem regulamentação sobre o regime de colaboração.

O regime de colaboração é um mecanismo previsto em lei (artigo 211 da CF/88 e reforçado no artigo 10 da LDBEN/96) que, em sua concepção, indica ações conjuntas entre os estados e os municípios. No entanto, para a efetividade deste regime é necessário, como sinalizou Cury (2002), a criação de uma legislação específica para superar a centralização federal e a guerra fiscal entre as esferas subnacionais e a definição de responsabilidades compartilhadas para cada ente federado.

Tal indicação de forma específica ainda não ocorreu, apesar da aprovação do SNE no senado em 2022, e, neste cenário, os municípios têm de enfrentar, no processo de municipalização, questões de diversas ordens como a manutenção das escolas, melhorias de infraestrutura escolar, acréscimo em suas folhas de pagamento, aquisição de materiais didáticos, criação de um sistema de ensino. Questões mais particulares também necessitam ser solucionadas a partir dos convênios, estado e município: os vínculos distintos de trabalho, diferenças salariais, aposentadoria, atribuição de aulas, entre outros.

Os municípios, de fato, acabam tendo de resolver questões, a partir dos convênios celebrados com os estados, que, muitas vezes, não possuem preparação, sejam elas jurídicas, normativas ou financeiras. Ramos (2008) indicou que, neste contexto, é comum a geração de ansiedade e preocupações por parte daqueles que vivenciam processos de municipalização (professores, gestores).

São Caetano do Sul iniciou seu processo de municipalização a partir de 2007, incorporando todas as escolas de ensino fundamental, anos iniciais, e parte das instituições dos anos finais (10). Tal situação, de acordo com Gallo (2014), passou a ocorrer por pressão da comunidade por escolas de melhor qualidade.

Desta forma, a prefeitura, com base na regulamentação da Lei Municipal nº 4.454, de 22 de novembro de 2006, assumiu 10 escolas estaduais, processo que beneficiaria em torno de 6.500 alunos da cidade que pertenciam à rede estadual (SÃO CAETANO DO SUL, 2007).

Entre 2007 e 2010, a prefeitura inaugurou quatro escolas (Elvira Carmela M. P. Braidó, Vicente Bastos, Prof. Olyntho Voltarelli Filho e Arquiteto Oscar Niemeyer) e municipalizou outras duas (Eda

Mantoanelli e Anacleto Campanella), compondo o total de 20 escolas municipais.

De início, é fato que o processo de municipalização gerou benfeitorias, afinal as escolas foram revitalizadas, equipadas e equiparadas com as escolas municipais já existentes. Porém, o processo gerou também uma situação nova, singular e complexa para o município. Em uma das unidades municipalizadas duas escolas passaram a compartilhar (coabitar) o mesmo prédio. A esfera municipal passou a atender alunos de ensino fundamental, anos iniciais. A estadual, jovens dos anos finais e do ensino médio.

O compartilhamento de escola

O compartilhamento de escolas não é raro no cenário brasileiro e nem recente. Dados de 2011 do Censo Escolar indicaram que existiam 9.812 instituições de Educação Básica que compartilhavam espaço, o mesmo prédio.

De acordo com Monteiro (2018, p. 17) na coabitação:

[...] o prédio escolar pode ser do Estado ou do município. Há regimes de coabitação em que os turnos escolares de ambas as instituições (municipal e estadual) funcionam no mesmo horário, e há escolas que funcionam em turnos distintos. Em alguns casos de coabitação, há compartilhamento de todos os ambientes escolares. Em outros, somente algumas partes das estruturas são divididas, como salas de aula, refeitório, quadra e cozinha. Há sistemas de compartilhamento que separam os espaços administrativos e há outros que utilizam os mesmos espaços. E, em alguns casos, ocorre, até mesmo, a divisão da merenda escolar.

Este contexto, de compartilhamento de espaços, tem gerado, em alguns casos, desavenças entre as escolas, sobretudo, entre as equipes gestoras. Às vezes, há divisão física de ambientes, o que pode prejudicar os alunos, com a restrição de acesso a algumas das áreas da unidade de ensino.

De fato, Batista (2017), no estado Paraná, onde duas escolas compartilhavam o mesmo espaço, reportou a presença de vários conflitos entre as gestoras escolares das duas escolas, um clima de desarmonia que se estendia até mesmo no contexto da comunidade. Monteiro (2018, p. 17) sinalizou na mesma direção, indicando que a convivência entre escolas “de redes de ensino distintas nem sempre ocorre de forma pacífica. A coabitação traz problemas para a convivência e para a dinâmica de funcionamento de ambas as instituições, além de impor vários desafios à gestão das escolas”.

A mesma autora indicou que muito dos problemas são conflitos originados por razões que envolvem os atores do processo educacional (professores, alunos, gestores), no entanto, um dos principais conflitos é proveniente da disputa pelo ambiente escolar. Às vezes, os espaços são limitados ou restritos para alunos ou funcionários.

Cunha (2020) indicou que os conflitos podem surgir por causa do patrimônio, de objetos depredados no banheiro, da quadra, de pichações, por quebra de lâmpadas, entre outros. Para Monteiro (2018), os conflitos fazem parte da realidade em escolas coabitadas, uma situação de disputa por espaços. Dentro desse regime de coabitação, isso se torna ainda mais relevante, pois os atores envolvidos nesse processo precisam se sentir parte do espaço e, muitas vezes, a negação de acesso gera sensação de exclusão.

No compartilhamento de espaços, muitas vezes, os grupos se rivalizam, buscando dominação por meio da fofoca, da criação de estigmas e de imagens negativas um do outro (MONTEIRO, 2018). Todavia,

o compartilhamento de escola não pode prejudicar o aluno em seu processo de aprendizagem e ambas as esferas necessitam manter suas responsabilidades.

Meirelles e Amaral (2012) observaram que ações de parceria entre as escolas que coabitam o mesmo prédio, tal como a presença de uma agenda e de um calendário em comum para as duas unidades de ensino, podem fortalecer e melhorar a comunicação e formação conjunta com professores e funcionários.

Para Oliveira (2012), em escolas compartilhadas, um olhar diferenciado sobre o espaço é necessário, pois trata-se de um processo de interdependência de vários grupos envolvidos. Ainda assim, o conflito sempre está presente por meio da criação de estigmas ou da negação de direitos de um para o outro. Uma situação em que os atores tentam mostrar superioridade.

De fato, os conflitos são parte da realidade em escolas compartilhadas, em que as disputas são marcadas pelas diferenças. Todavia, este contexto pode possibilitar uma dinâmica de oportunidades para trocas de experiências. Pode-se pensar em uma gestão compartilhada para favorecer a participação e a colaboração, com base no reconhecimento das potencialidades mútuas entre as escolas.

Monteiro (2018) indicou algumas ações que podem ser realizadas para melhorar a convivência. Entre suas sugestões está a criação de um único conselho escolar, com os dois diretores como membros permanentes e o mesmo número de representantes de ambas as instituições, a criação de uma agenda comum, como um calendário único, a negociação de trocas de pontos facultativos para facilitar o planejamento pedagógico, entre outras questões. A autora também indicou que o compartilhamento pode auxiliar na melhoria da merenda escolar, na criação de cardápio único, o desfile escolar de 7 setembro pode ser realizado em conjunto, apresentações pedagógicas podem ser realizadas juntas, enriquecendo o processo de aprendizagem do aluno, entre outras questões.

Contexto da pesquisa

A cidade de São Caetano do Sul (SCS) está localizada na zona sudeste da região metropolitana de São Paulo, o Grande ABC Paulista. Ela se caracteriza por ser o município que possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil (2000 e 2010). A tabela 01 revela algumas características demográficas:

Tabela 01: Características Demográficas da Cidade

População (IBGE, 2018)	159.608
Área territorial (Km²)	15,33
PIB (2016)	11.762.744
Posição do PIB	48 ^a
IDH-M 2010	0,862
Renda Familiar (\$)	2.349
Anos de estudo (2016)	11
Acesso à internet em casa (%) 2016	73,4

Fonte: Dados do Observatório de Educação do Grande ABC.

A cidade possui um pequeno espaço territorial. Sua população detém uma alta renda média per capita, sendo a maior da região do grande ABC. Ao mesmo tempo, o município conta com pessoas que

Um estudo sobre as decorrências do processo de municipalização: o caso das escolas ocupando o mesmo espaço

possuem mais de 11 anos de estudo. A tabela 02 traz dados das escolas públicas de ensino fundamental:

Tabela 02: Dados das Escolas e Matrículas (escolas públicas) – 2020

Cidades	N.º de escolas	Matrículas em anos	
		Iniciais	Finais
São Caetano	31	6.538	7.803

Fonte: Censo Escolar 2020 (Inep).

Ao todo, o município possuía, em 2020, 31 escolas públicas, sendo 21 municipais e 10 estaduais. Os anos iniciais do ensino fundamental estão sob a responsabilidade exclusiva do município, já os anos finais e o ensino médio estão divididos entre a cidade e o estado.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos anos de 2013, 2015 e 2017, a tabela 03 sintetiza os dados das escolas de ensino fundamental, anos iniciais e finais:

Tabela 03: IDEB das escolas do município e do estado – Quintos anos

Anos	2013		2015		2017	
	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.
Quinto Ano	6,6	-	7,2	-	7,5	-
Nono Ano	5,3	4,9	6,0	5,2	6,4	5,5

Os resultados dos alunos das escolas de ensino fundamental, anos iniciais e finais, da cidade de São Caetano, têm apresentado um crescimento gradual e constante nas últimas três aferições: 2013, 2015 e 2017.

A cidade abrigava, até 2007, a escola LL estadual (nome para preservar a identidade da escola), inaugurada em janeiro de 1969. Esta unidade foi parcialmente municipalizada em 2007. Neste contexto, passaram a compartilhar o mesmo prédio, com o mesmo nome, duas escolas. Elas apresentam duas realidades distintas, duas esferas federativas, duas secretarias de atendimento ao público, duas equipes gestoras, dois corpos docentes e discentes e dois quadros de funcionários e culturas diferentes, entre outras questões.

Nesta realidade, em muitas situações, os alunos, que são moradores do bairro, terminam o ensino fundamental, anos iniciais, atendidos na escola municipal, e, sem a opção de continuarem na esfera municipal na mesma unidade de ensino, pois não querem frequentar escolas em outros bairros, passam a se matricular na escola estadual, no ensino fundamental, anos finais. Porém, as realidades são muito distintas, o que representa para o mesmo municípe formas de atendimentos muito diversas (direito à uniforme gratuito, merenda, organização docente e de gestão escolar, infraestrutura, absenteísmo docente, e outros).

Metodologia

Este estudo analisa, na visão de alguns atores escolares (gestores, professores, funcionários, alunos e pais), as decorrências do processo de municipalização no município de São Caetano do Sul, onde duas escolas passaram a compartilhar o mesmo espaço (prédio).

A realização de tal análise ocorreu pelo fato de haver pouca produção relacionada ao tema no Brasil (GARCIA, 2019) e, ao mesmo tempo, por tal situação ser *sui generis* e acontecer na cidade de maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil, 2000 e 2010.

O presente estudo utilizou a pesquisa qualitativa, que é propícia para a compreensão de ambientes,

de eventos e de fenômenos (FLICK, 2009). Trata-se de tomar como ponto de partida a subjetividade do fenômeno e a necessidade de um aprofundamento no que se refere às questões que envolvem o objeto de estudo. Uma das características desta abordagem é o contato prolongado do pesquisador com o ambiente a ser estudado (GODOY, 1995).

Dentro da abordagem qualitativa, o delineamento adotado se atrela ao estudo de caso, pois tem-se a pretensão de estudar o fenômeno dentro de seu ambiente natural, de forma a preservar seu caráter unitário e acentuar a profundidade que ele necessita para ser compreendido (GIL, 2009). Para Freitas e Jabbour (2011, p. 11), este tipo de pesquisa possibilita um aprofundamento em diversas fontes de provas, como dados de observação direta, entrevistas sistemáticas, além de pesquisas realizadas em documentos de domínio público ou privado.

Neste estudo foram entrevistados dez sujeitos, nove deles estavam e ainda estão envolvidos com a realidade pesquisada: dois funcionários, um de cada escola; uma mãe de aluno, três ex-alunos, uma ex-vice-diretora, uma ex-coordenadora e uma ex-professora. O outro participante, especialista em educação, atuou diretamente no processo de municipalização dentro da secretaria municipal de educação no ano de 2007.

As entrevistas coletaram informações sobre o perfil dos participantes em termos de gênero, idade, estado civil e formação e, ao mesmo tempo, sobre a percepção dos atores em relação às decorrências do processo de municipalização, onde duas escolas passaram a compartilhar o mesmo espaço (prédio).

O conjunto de dados coletados neste presente estudo foi apreciado com base nos pressupostos da análise de conteúdo, sobretudo aqueles orientados por Bardin (1977) e Franco (2012) no campo da pesquisa. Esta última autora indicou que a mensagem é o ponto de partida para a análise de conteúdo. Em sua essência ela pode ser verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental, entre outras, e expressar, de modo geral, um significado e um sentido.

Quanto à organização da análise, ela seguiu as orientações de Bardin (1977). Foi realizada, inicialmente, uma pré-análise, um processo em que o pesquisador realizou a operacionalização do que seria analisado, sistematizando as ideias iniciais com o intuito de planejar o andamento e o desenvolvimento da apreciação dos dados. Depois desta fase, foi explorado o material. Aqui, o pesquisador, munido das análises e das hipóteses iniciais, realizou sucessivas inferências, buscando padrões de similaridades e de diferenças para a construção de categorias.

Resultados: decorrências do processo de municipalização

Os dados mostram, inicialmente, o perfil dos participantes e, em seguida, suas percepções em relação às decorrências do processo de municipalização. As análises permitiram agrupar os participantes deste estudo em três grupos, conforme a Tabela 04:

Tabela 04: Perfil dos participantes

Participantes	Sexo		Média de idade/anos	Curso superior	Morador da cidade	Convívio médio com a realidade
	Fem.	Masc.				
Grupo 1* – Gestores, professores, funcionários e pais	5	1	56	4	3	21 anos
Grupo 2** - ex-alunos (esfera estadual e municipal)	2	1	19	2 cursando	2	11 anos
Grupo 3 – profissional da secretaria de educação	1		60	Sim	Sim	2 anos

* Entrevistados A, B, C, D, E e F, ** Entrevistados G, H e I

A diversidade dos grupos se apresenta como um fator positivo para a compreensão do fenômeno analisado. Participaram alunos, gestores escolares e familiares, além da profissional da secretaria de educação à época do processo.

Os dados das entrevistas, com os grupos, possibilitaram a criação de algumas categorias e subcategorias. O Quadro 01 sintetiza os resultados:

Quadro 1 – Categorias e subcategorias / entrevistados envolvidos – 2018

Categorias	Relação interpessoal	Infraestrutura escolar	Serviços	Administração pública	Administração pedagógica	Espaço comum
	Equipes Gestoras	Tecnologia	Manutenção	Municipalização	Sistemas de ensino	Pátio e intervalos
Subcategorias	Funcionários e Professores	Merenda e uniforme	Limpeza	Direitos adquiridos	Currículo e Formação	Divisão de ambientes
	Pessoas da Comunidade	Comparações estruturais	-	-	Atuação profissional	Outros espaços

Na primeira categoria, relação interpessoal, os depoimentos revelaram as relações entre as equipes gestoras, da escola municipal e da estadual, entre os funcionários e também as percepções gerais da comunidade.

No primeiro caso, entrevistados mencionaram relações conflituosas entre as equipes gestoras pela disputa, entre outras coisas, de espaço. Um entrevistado sinalizou que no começo havia “uma disputa hegemônica muito grande com um ambiente hostil e separatista e que se vivia quase como um Apartheid” (ENTREVISTADO-D). No mesmo sentido, outro participante afirmou que “nem sempre as duas esferas, as duas escolas, enxergam determinado assunto, determinado problema da mesma forma” (ENTREVISTADO-E), e que tal situação gerava conflitos e discussões que perduravam durante meses.

Outro entrevistado indicou que durante alguns eventos, como festa junina, havia grande rivalidade e competição entre as duas escolas. Para ele, as “duas gestões tinham dificuldades em conversar. Elas mais competiam do que conversavam. Elas mais sabotavam uma à outra do que colaboravam” (ENTREVISTADO-A). Um processo que era visível para todos aqueles que atuavam na escola, incluindo a comunidade.

No segundo caso, todavia, na subcategoria funcionários e professores, alguns relatos indicaram relações menos conflituosas entre uma parte dos funcionários e dos professores, com a existência de algumas parcerias e de cooperação mútua. Um participante (ENTREVISTADO-C) sinalizou que, apesar dos conflitos entre as gestões, um outro movimento entre os funcionários estava mais próximo do diálogo

e do auxílio mútuo. Para outro participante também havia mais conversa e ajuda entre esse grupo, mesmo sem permissão dos superiores. Uma situação que trazia certos constrangimentos e os funcionários “se sentiam constrangidos e acabavam fazendo as coisas meio que as escondidas” (ENTREVISTADO-D).

No terceiro caso, quanto à comunidade, um dos participantes (ENTREVISTADO-F) indicou que em algumas situações os pais reclamavam das duas administrações, estadual e municipal. Outro participante (ENTREVISTADO-B) foi mais incisivo, sinalizando que depois da municipalização o “bairro ficou dividido”. Havia, segundo este depoente, um sentimento de preconceito mútuo, entre os familiares sobre as duas escolas.

Na segunda categoria, infraestrutura escolar, os depoimentos indicaram referências atreladas à tecnologia, à merenda, ao uniforme escolar e às comparações estruturais. No primeiro caso, um participante (ENTREVISTADO-C) indicou que, após a municipalização, houve “uma injeção de novas tecnologias” no ensino fundamental, anos iniciais, como *tablets*, entre outros, na escola municipal. Tal situação, todavia, não incidiu sobre os alunos da unidade estadual (ENTREVISTADO-D): “o ensino médio e o fundamental, anos finais, não podiam usufruir da sala de computadores, mesmo quando esta ficava ociosa os alunos não podiam usar”. Comparando as duas esferas, outro participante (ENTREVISTADO-G) indicou que na estadual havia escassez de material como “livros e fontes de pesquisa” e que os computadores “em geral estavam mais precários para a utilização”.

No segundo caso, quanto aos benefícios atrelados à merenda, aos uniformes e aos kits escolares, um participante (ENTREVISTADO-D) indicou que no início do processo a prefeitura também os enviava para os alunos da rede estadual, mas que com o passar do tempo, dois anos, isso se findou: “não deram mais uniforme, nem kits escolares, ficamos sem nada, relaxou total” (ENTREVISTADO-D). De acordo com esse depoente, o foco ficou somente sobre a escola municipal. Essa percepção confirma a de outro participante (ENTREVISTADO-G) que sinalizou que “a nossa importância, pode-se assim dizer, foi caindo, a gente tinha acesso a tudo, depois a nada, tudo foi caindo”.

Outro participante (ENTREVISTADO-D) sinalizou que o kit escolar (materiais para os alunos – lápis, papel, entre outros), que inicialmente era distribuído pela prefeitura para as duas esferas, também foi suspenso e, aos poucos, “não chegaram mais e os alunos mais pobres foram os mais prejudicados. Ninguém viu isso”. De acordo com este participante, mesmo os ovos de Páscoa, que eram distribuídos para todos no início do processo “depois de um tempo eles eram distribuídos somente para os alunos da prefeitura, não tinha para os alunos do estado, mesmo eles estando na mesma escola, inclusive muitos deles eram irmãos ou primos”. Um processo que tem, de certa forma, uma parcela de discriminação.

Outro relato indicou que (ENTREVISTADO-I) inicialmente a prefeitura era responsável pela elaboração da merenda, o estado auxiliava com recursos financeiros, mas a partir de 2012 cada esfera elaborava a sua, no mesmo local. Outro participante afirmou que a alimentação concedida pela prefeitura “era mais gostosa, eles tinham mais coisas, mais misturas, mais coisas gostosas e nós sentíamos o cheiro da merenda deles”. A elaboração também era diferente, sendo “que a da prefeitura tinha mais qualidade” (ENTREVISTADO-F).

Em relação à estrutura física do prédio, a subcategoria comparações estruturais, um participante (ENTREVISTADO-B) sinalizou que “a prefeitura era muito mais bem estruturada em termos de materiais, livros, entre outras coisas. Eles inclusive tinham mais matérias para os alunos”. Outro depoente (ENTREVISTADO-G) foi mais incisivo, indicando, em sua análise, que parecia que vivíamos em “dois

mundos diferentes dentro do mesmo lugar. Alguns alunos tinham acesso a muita coisa e outra a quase nada”. Um tinha infraestrutura para os alunos e o outro não, isso dentro do mesmo município. Outra sinalização de um processo discriminatório.

Na terceira categoria, a questão dos serviços, puderam ser agrupados dados referentes à manutenção e à limpeza do prédio. No caso da manutenção, um depoente (ENTREVISTADO-C) observou que os serviços que necessitavam ser realizados na parte da escola municipal ocorriam de forma muito mais rápida: “para fazer uma pintura, para reparar alguma torneira, trocar uma porta, a prefeitura era mais ágil, o trâmite no estado era muito mais demorado”. Outro participante (ENTREVISTADO-A) indicou na mesma direção, revelando que a agilidade no processo dependia da esfera requisitante: “se você era do município e pedisse para trocar as janelas, eles vinham rapidamente. Eu que era do estado fazia o pedido e eles não vinham, demoravam”.

Quanto à limpeza, vários conflitos foram identificados, sobretudo em relação às funções e atribuições. O fato de a escola municipal dispor de um maior número de profissionais pressupunha-se que eles, os funcionários, deveriam realizar a maior parte das tarefas. Essa situação afetava a distribuição das atribuições, principalmente das áreas comuns, onde as tarefas eram divididas. (ENTREVISTADO-D).

Na quarta categoria, ligada à questão da administração pública, foram agrupadas referências diretamente relacionadas às duas administrações, municipal e estadual, organizadas em dois tópicos: municipalização e direitos adquiridos.

Quanto ao processo de municipalização, as opiniões foram um tanto divergentes. Um dos participantes (ENTREVISTADO-G) se posicionou a favor do processo, justificando que as escolas municipais possuíam mais “acesso a computadores e a todos os tipos de livros. Elas eram mais bem organizadas e tinham uma melhor infraestrutura em geral”. Outros dois depoentes (ENTREVISTADOS, I e H) indicaram a necessidade de municipalizar toda a escola, até o nono ano. Todavia, outro participante (ENTREVISTADO-A), se posicionou contra o processo, indicando que a prefeitura é mais autoritária e não “respeita a liberdade de cátedra” dos professores.

Contra o processo de municipalização, outros dois entrevistados sinalizaram que as escolas municipalizadas não eram tratadas da mesma forma que as municipais: “quando a escola é municipal, tudo é feito de forma diferente da municipalizada, eles têm mais vantagens, materiais e outras coisas” (ENTREVISTADO-B). Na escola municipal, “a prefeitura injeta muito mais tecnologias e inovações do que nas municipalizadas” (ENTREVISTADO-C).

Em relação aos direitos, aqueles adquiridos pelos profissionais, ocorreram muitas incertezas. O convênio entre a prefeitura e o governo estadual gerou um quadro diverso de funcionários. Existiam aqueles que eram do estado, os dos municípios e os conveniados (aqueles que aderiram ao convênio). De acordo com um dos entrevistados (ENTREVISTADO-A), este cenário causou muitas desconfianças relacionadas às questões trabalhistas já conquistadas, sobretudo em relação à aposentadoria, à licença prêmio e às faltas abonadas. Tal situação foi gerada, entre outras questões, pelos tratamentos diferentes recebidos no trabalho.

Um participante (ENTREVISTADO-F) observou que, na prefeitura, por exemplo, havia um acréscimo no salário dos funcionários e daqueles que aderiram ao convênio e muitos, segundo ele, realizaram tal adesão por este motivo. Outro depoente (ENTREVISTADO-A) indicou que a dificuldade era bem maior para usufruir do direito de abonar (tirar um dia de descanso) na prefeitura: “às vezes que

eu pedi, que eu precisava realmente abonar, em nenhuma delas foi concedido”. Por outro lado, para ele “no estado eu vou abonar amanhã, tudo bem, às vezes você nem avisa, seria interessante avisar, mas se você não avisar também não teria problema algum, você assina sua abonada no dia seguinte que você retorna”. Esses relatos mostram algumas diferenças entre as duas redes e possibilitam compreender um pouco sobre a complexidade do fenômeno de coabitação e sobre o contexto administrativo de ambas as esferas.

Na quinta categoria, a administração pedagógica, foram relacionadas informações referentes aos sistemas de ensino, ao currículo e à formação e à atuação profissional. Nessa categoria, várias comparações entre a prefeitura e o estado ocorreram.

No primeiro caso, destaca-se a questão das médias, notas, dos alunos entre as duas esferas. Segundo alguns depoentes a média da escola municipal era maior e indicava maior qualidade de ensino, levando as crianças, entre eles seu próprio filho, a estudar mais (ENTREVISTADO-C). No mesmo sentido, outro depoente (ENTREVISTADO-E) indicou que o ensino municipal “era um pouco mais puxado” e que “os professores (do estado) não pegavam firme” (ENTREVISTADO-I). O mesmo participante sinalizou também que no “municipal a gente não podia ter consulta na prova, no estado a gente tinha, e era tudo bem mais fácil”.

Quanto ao currículo, um participante (ENTREVISTADO-D) indicou que os professores “comentavam que o ensino (da prefeitura) era meio engessado”, embora mais forte, organizado e com atividades mais estruturadas, onde havia um caminho a ser seguido e este percurso era supervisionado pelos coordenadores pedagógicos.

Em relação à formação de professores, apesar da secretaria de educação dispor de um grupo de profissionais que atuavam no Centro de Formação de professores local, um participante (ENTREVISTADO-A) sinalizou que nos primeiros anos de municipalização a formação era muito simples, sem grandes novidades pedagógicas.

Quanto à atuação profissional, um participante (ENTREVISTADO-A) revelou que existiam professores que ensinavam bem nas duas redes de ensino. Outro depoente (ENTREVISTADO-I) sinalizou que na escola municipal os professores eram mais eficientes em virtude da organização, da estruturação do ensino e da infraestrutura. Nela, outro participante observou (ENTREVISTADO-A), o professor “é mais presente na escola”, por causa de seu “compromisso com a instituição”.

Na sexta categoria, espaço comum, foram agrupadas referências relacionadas à utilização dos espaços comuns pelas duas esferas (pátio, quadra, anfiteatro, estacionamento e outros), que provocaram vários conflitos e preocupações.

No caso do pátio, dois depoentes (ENTREVISTADO-I e G) relataram suas preocupações. O primeiro revelou que os alunos mais velhos, do ensino médio, frequentemente soltavam “bombas” no pátio, assustando, principalmente, os estudantes menores. O segundo indicou que os jovens dos anos iniciais tinham medo, pois os estudantes do ensino médio “eram mais altos, eram pessoas completamente diferentes”. Tais ocorrências geraram muitos conflitos entre as equipes gestoras, sobretudo para a esfera municipal que não permitia que seus estudantes fossem ao banheiro desacompanhados dos inspetores (ENTREVISTADO-A).

Tal preocupação, de acordo com um depoente (ENTREVISTADO-D), se revelou na definição de “uma escada, de acesso às classes, para ser usada somente para o estado e a outra tinha que ser utilizada somente pela prefeitura”. Além disso, outro participante (ENTREVISTADO-G) indicou que “não existia

uma cerca” ou “uma barreira física” para impedir a circulação dos jovens, mas, sim “uma delimitação visual” para delimitar e separar os alunos, sobretudo aqueles mais jovens.

Outro participante (ENTREVISTADO-C) relatou conflitos também no estacionamento. A escola estadual destinava o espaço para o uso de seus jovens em aulas de Educação Física. Ao municipalizar, a direção municipal indicou que “ali seria o estacionamento e é o professor que vai pôr o carro e não vai mais ter aula lá” (ENTREVISTADO-C). Neste contexto, o estacionamento foi dividido. Um depoente (ENTREVISTADO-D) observou que foram demarcadas vagas exclusivas para as duas direções e, mesmo assim, surgiram muitos conflitos já que haviam muitos professores, com horários distintos, e ao estacionar os veículos, muitas vezes, bloqueavam a saída de outros carros.

A utilização de outros espaços como a quadra e o anfiteatro também foi motivo de muita discussão e conflito. Um participante (ENTREVISTADO-A) relatou que “às vezes o município programava alguma atividade que conflitava com o professor de educação física do estado” que já havia, previamente, agendado algum tipo de atividade. No anfiteatro ocorria a mesma situação. Um entrevistado (ENTREVISTADO-D) indicou que, muitas vezes, “a escola municipal desrespeitava as agendas já constituídas”.

Por fim, apresenta-se a visão da profissional que atuou na secretaria de educação no período em que ocorreu o processo de municipalização, possibilitando detalhar ainda mais a compreensão sobre o fenômeno analisado.

Como justificativa para a municipalização, a entrevistada indicou que havia o interesse do munícipe pela educação pública municipal. Desde o início, segundo ela, a comunidade apoiou o processo, pois “a qualidade da rede municipal era considerada pelo munícipe como melhor” (PROFISSIONAL-SE). Ao mesmo tempo, ela sinalizou que havia uma grande demanda “uma procura muito grande pela rede municipal, com lista de espera de cerca três mil alunos”.

A profissional sinalizou que, com este grande contingente de alunos, a prefeitura procurou absorvê-los “de forma gradativa com um atendimento do munícipe, que era o nosso objetivo” (PROFISSIONAL-SE). Um complicador, todavia, segundo ela, foi a falta de prédios em certas localidades, o que fez com que duas escolas fossem agrupadas no mesmo edifício.

A profissional, vale destacar, não sinalizou nenhum problema no compartilhamento de espaços entre as escolas pesquisadas neste estudo. De acordo com ela, a relação entre as administrações, municipal e estadual, era perfeita e “deu certo, porque a gente tá lá desde 2007 até agora, nunca tivemos problemas, tanto a gestora deles quanto a da nossa”. Uma percepção totalmente diferente daqueles que habitaram o processo desde o início.

A entrevistada sinalizou também que, dentro deste contexto, a prefeitura garantia para o aluno que finalizasse o ensino fundamental, anos iniciais, na rede municipal, vaga para os anos finais, caso ele não quisesse continuar os estudos na rede estadual. Para aqueles jovens que precisassem se locomover para outros bairros, outras escolas, era garantido, segundo ela, o transporte escolar.

Para a entrevistada não houve impacto financeiro, pois esta questão já havia sido planejada. Contudo, ela indicou que um elemento dificultador foi o grande número de alunos não moradores do município que frequentavam as escolas estaduais da cidade, em algumas escolas eles eram cerca de 80% dos jovens.

Quanto aos benefícios da municipalização, a entrevistada destacou que foram beneficiados

professores, com um bônus mensal; os alunos, com uniformes e kits escolares; a escola, com reformas e novos equipamentos. No entanto, ela não relatou que tais ações ocorreram somente no início do processo, de acordo com os outros participantes.

Discussão dos resultados

Os dados possibilitaram uma compreensão ampla do problema de pesquisa, algumas articulações e tensões e incertezas, a partir de análises, desafios e dificuldades enfrentadas por aqueles que viveram o contexto de municipalização em uma escola. Com base na análise de múltiplas situações, elementos mais sensíveis, e de certa forma perdidos no tempo, vieram à tona e possibilitaram a construção de argumentos científicos.

Foram encontrados, em geral, a partir deste presente estudo, elementos de conflitos, de disputa por espaços, de incertezas, de falta de consensos, de comparações e de melhorias, em um contexto marcado pela ausência de planejamento (daqueles que estavam presentes nas escolas) e de colaboração, em alguns casos. A descrição e reflexão sobre tal cenário caracteriza, amplia, aprofunda e detalha indicações já realizadas em estudos anteriores (MONTEIRO, 2018; CUNHA, 2020, entre outros), possibilitando maior entendimento sobre o fenômeno.

Destacam-se, em primeiro lugar, os conflitos situados na relação interpessoal, sobretudo entre os diversos gestores, das duas instituições, que já atuavam na realidade. Essas situações conflituosas e antagônicas acabaram por importunar e inquietar os grupos, tanto na tomada de decisão quanto nas ações a serem realizadas (planejamento comum).

Batista (2017) havia identificado uma situação muito similar em uma escola compartilhada na cidade de Campo Mourão, no Paraná. Nesta unidade escolar, coabitada por duas escolas desde 1999, o autor relatou que existiram vários conflitos entre os gestores escolares. Em especial, o ocorrido em um evento quando as diretoras das escolas chegaram a retirar o microfone uma da outra enquanto discursavam para a comunidade.

A postura das gestoras, segundo o autor, induziu um clima desarmônico e até mesmo uma divisão na comunidade. No entanto, após esse início conflituoso, as duas gestoras começaram, a partir do diálogo, a realizar ações para amenizar a desarmonia (passaram a se cumprimentar, dividir despesas, realizar eventos comuns e atuar na reforma no prédio). Essas iniciativas geraram impactos positivos no ambiente escolar e foram fundamentais para a mudança de comportamento das pessoas (BATISTA, 2017).

Amaral e Meirelles (2012), descrevendo o convívio de escolas compartilhadas, destacaram que, em alguns casos, a disputa entre as duas administrações é tão intensa que gera uma cisão entre as escolas, às vezes, com a presença de grades e de divisórias para separação de ambientes.

Na escola analisada, neste presente estudo, foram identificadas situações semelhantes às descritas por Batista (2017) e Amaral e Meirelles (2012) em sua realidade escolar. No entanto, de forma mais profunda e com uma maior riqueza de detalhes que possibilitam compreender o fenômeno do compartilhamento de espaços. Em alguns casos, os conflitos ocorreram em função de recursos diferenciados (plano de carreira, espaços, recursos, entre outros), gerando certo desconforto nas pessoas.

Os conflitos iniciais por disputa de espaços, entre outras questões, separaram as diretoras e as

escolas em lados opostos. É necessário registrar, no entanto, que ações isoladas realizadas por alguns funcionários e coordenadores pedagógicos tinham o intuito de aproximar as pessoas, independentemente dos enfrentamentos.

Essa situação de conflitos e confronto indica a necessidade de colaboração entre as pessoas em processos de municipalização, sobretudo daqueles que atuam em escolas que compartilham o mesmo espaço. Todavia, isso é também reflexo da ausência de delimitações do Regime de Colaboração entre as esferas. Cury (2002), há algum tempo, apontou para a necessidade urgente de uma lei complementar que sinalize novos caminhos, entre os estados e os municípios, para este processo, incluindo as questões de planejamento, o que poderá ocorrer em breve com a criação do SNE, já aprovado no senado.

De fato, neste presente estudo, constatou-se que o planejamento sobre as questões administrativas é fundamental, pois ele, de acordo com Monteiro (2018), pode amenizar vários conflitos provenientes da disputa de poder.

Todavia, além do planejamento formal é preciso dispensar atenção para planejar o processo de colaboração entre as pessoas, e junto com elas, pois elas são as responsáveis por colocar em prática as particularidades da municipalização em uma mesma unidade escolar.

Em segundo lugar, destaca-se a utilização dos espaços, como pátio e banheiros. Relatos indicaram situações de indisciplina por parte dos alunos mais velhos, como o uso de “bombas” (fogos de artifício), gerando medo, ansiedade e assustando os estudantes mais novos.

Embora as escolas estivessem separadas (cada uma em um pavimento com banheiros e bebedouros exclusivos), e os intervalos fossem realizados em horários distintos, a utilização de outros espaços e o próprio trânsito entre os ambientes (pátio, quadra, anfiteatro, demais bebedouros e banheiros localizados no piso térreo) eram de uso comum e, neste caso, não possuíam barreiras físicas ou horários exclusivos que garantissem a separação entre os jovens.

Para as aulas de Educação Física, por exemplo, a quadra ou o pátio eram objetos de disputa entre as duas escolas, pela ausência de uma agenda comum. O uso do anfiteatro também causou conflitos, apesar de contar com um protocolo de agendamento. Neste caso, ele nem sempre era respeitado pela esfera municipal, sobretudo quando surgiam eventos inesperados ou relacionados à secretaria da educação.

O uso do estacionamento e a organização da limpeza também geraram conflitos. No primeiro caso, o estado entendia e destinava o local para o uso dos alunos para diversos fins, inclusive pedagógicos. Depois da municipalização, ele se transformou oficialmente em estacionamento para veículos, inclusive com vagas demarcadas, o que gerou confrontos entre as escolas. No caso da limpeza, a questão era a demanda, sobretudo a quantidade de funcionários disponíveis de cada esfera e as tarefas a serem realizadas. Funcionários municipais passaram a questionar o volume de trabalho, já que alguns estavam, supostamente, sobrecarregados e outros subaproveitados.

Monteiro (2018) e Cunha (2020) indicaram que como a limpeza da escola em unidades coabitadas é compartilhada, são comuns as reclamações de que funcionários, de uma ou outra esfera, deixaram de realizar algo.

Em terceiro lugar, salientam-se as questões relacionadas às incertezas vividas pelas pessoas no ambiente de trabalho. Na rede estadual, o funcionário tinha regime de trabalho estatutário, já na rede

municipal eles eram celetistas. Ao municipalizar, a partir da utilização do convênio, gerou-se outro vínculo empregatício (conveniado) e, com tal situação, surgiram incertezas quanto às garantias dos direitos já conquistados, por exemplo, a aposentadoria, entre outros. Ramos (2008) havia descrito situação similar de angústia e de ansiedade vivenciada por professores do município paulista de Américo Brasiliense. A autora realizou uma análise sobre o tema da valorização docente no FUNDEF, com base na docência, sobre municipalização do ensino e proximidade local.

Essas observações de incertezas encontradas, neste presente estudo, permitem dimensionar o caráter complexo e multifacetado de um processo de municipalização, sobretudo quando duas escolas passam a compartilhar o mesmo prédio e dividir o mesmo espaço. No mesmo prédio, atuavam juntos funcionários com direitos e deveres diferentes, uns da rede estadual, outros da municipal e outros conveniados, uma situação que pela ausência de diálogo gerou muitas incertezas.

Pode-se salientar que uma atuação em um ambiente com tantas incertezas pode, possivelmente, levar as pessoas a um quadro de ansiedade e de estresse, uma situação que poderia ter sido amenizada, em parte, por meio do diálogo e do debate.

Em quarto lugar, destaca-se a questão da ausência de consenso em relação à municipalização do ensino. As pessoas apresentaram percepções diferentes, dependendo de sua posição no contexto da realidade experienciada. A profissional responsável pela implantação do projeto, da prefeitura, apresentou uma percepção positiva do processo, possivelmente por estar distante do que ocorria, de fato, no contexto das escolas. Ramos (2008) indicou que professores experimentam o processo de municipalização de forma diferente. Todavia, este presente estudo, além de mostrar este fenômeno, revelou que a percepção e a vivência da profissional da secretaria de educação eram, diametralmente, opostas daqueles que estavam situados no contexto escolar. Uma situação que sugere maior diálogo entre aqueles envolvidos no processo de municipalização.

Em quinto lugar, destacam-se as questões referentes às comparações entre as duas instituições. Tal situação ocorreu, pois, muitos alunos que terminavam o ensino fundamental, anos iniciais, prosseguiram seus estudos no mesmo prédio nos anos finais, porém na rede estadual. Os pais também acompanhavam essa passagem e, inevitavelmente, confrontavam (comparavam) o atendimento e outras demandas pedagógicas das escolas.

De fato, Monteiro (2018) indicou que os alunos de escolas coabitadas são caracterizados e identificados pela rede de ensino à qual a escola pertence, denominados, pejorativamente, como alunos do estado ou do município, sendo impedidos de utilizarem alguns espaços escolares.

Entre as comparações foram sinalizadas aquelas que indicavam que a escola municipal apresentava maior qualidade do que a estadual, pois, entre outras questões, os alunos desta esfera com defasagens e/ou dificuldades de aprendizagem possuíam, por exemplo, apoio pedagógico e reforço escolar (SÃO CAETANO DO SUL, 2007, p. 1).

Neste contexto, as percepções indicaram que a rede municipal possuía melhores condições humanas (professores mais comprometidos, maior número de funcionários) e materiais (tecnologias, uniforme, entre outros) do que a rede estadual. Essas questões parecem ir ao encontro do que Gallo (2014, p. 92) sinalizou ao justificar a municipalização em São Caetano do Sul: a falta de qualidade nas escolas estaduais, as greves dos profissionais e as condições de trabalho.

Por fim, destacam-se as melhorias na infraestrutura escolar e na manutenção das escolas. Os dados indicaram que após a municipalização houve um forte investimento por parte da prefeitura nas escolas

municipalizadas. O objetivo da secretaria de educação era minimizar as diferenças estruturais entre as escolas ligadas à rede, seja municipal ou municipalizada. Todas foram revitalizadas, sofreram adequações, receberam ferramentas tecnológicas, bibliotecas e laboratórios de ciências, para que se tornassem mais semelhantes (com infraestrutura parecida). De fato, Gallo (2014) indicou que as escolas municipalizadas se beneficiam de melhorias, em geral, e de melhor infraestrutura, em particular.

A melhoria na infraestrutura escolar tem, também, outras consequências, pois estudos já sinalizaram que ela, em geral, e a presença de laboratórios de ciências e bibliotecas, em particular, é decisiva para melhorar o desempenho do aluno (MENEZES FILHO, 2007; BIONDI; FELÍCIO, 2007).

No contexto do grande ABC, estudos (GARCIA *et al.*, 2014; GARCIA; GARRIDO; MARCONI, 2017) já tinham sinalizado a importância da infraestrutura escolar para a formação das crianças e dos jovens. Esses estudos, alguns no próprio município de São Caetano do Sul, tinham revelado que a infraestrutura exerce um papel fundamental na aprendizagem dos alunos de ensino fundamental.

A municipalização gerou, no início, benefícios, inclusive para a escola estadual, como um **bônus** financeiro para os professores. Os alunos também foram beneficiados com o recebimento de uniformes e kits escolares, merenda, ovos de páscoa, entre outros. Todavia, tais privilégios deixaram de existir após alguns anos e trouxeram uma situação de inequidade e de discriminação, tanto para aqueles que continuavam na mesma escola e passavam do ensino fundamental, anos iniciais para os anos finais, como para os irmãos e os primos que estudavam nessas escolas.

Sintetizando, os resultados revelaram um quadro marcado pela presença de elementos de conflitos, acentuados, sobretudo, pela ausência de diálogo, de planejamento e de colaboração entre as equipes gestoras das escolas, devido, entre outras questões, à disputa de espaços no pátio, nos banheiros, para as aulas de Educação Física, no uso do anfiteatro e do estacionamento e nas questões de limpeza das áreas comuns. Tais situações desarmônicas atingiram até mesmo a comunidade escolar.

Os resultados mostraram também um quadro de incertezas profissionais, entre outros aspectos, no que diz respeito às garantias de direitos já conquistados pelos profissionais, à aposentadoria e às condições de trabalho. Um cenário complexo gerado pela municipalização.

Os dados apontaram, também, para a ausência de consenso em relação à municipalização, com pontos de vista assumidos, invariavelmente, dependendo da posição do entrevistado no contexto vivenciado.

Ao mesmo tempo, elementos de comparações entre as escolas vieram à tona, incitando a comunidade local. Ficou evidenciado ainda questões sobre as melhorias, sobretudo na infraestrutura e na manutenção escolar, em um processo que, no início, também foi estendido para a unidade de ensino estadual, por exemplo, a oferta de uniforme gratuito aos alunos, bônus para os professores, entre outros.

Destaca-se, por fim, também nos achados deste estudo, alguns elementos de inequidade e de discriminação que foram vividos por alunos que experienciaram o processo de municipalização, onde duas escolas coabitaram o mesmo espaço.

Considerações Finais

Ao revelar algumas decorrências da municipalização, onde duas escolas passaram a compartilhar

o mesmo espaço, este estudo ilumina algumas sombras obscuras do processo, ou seja, questões que necessitam ser vistas pelas autoridades políticas e educacionais.

A ausência de diálogo, de planejamento e de colaboração, entre os diretores das duas escolas, gerou, entre outras questões, competições, descaso, desarmonia e disputa pelo poder. Gerou até mesmo um sentimento de preconceito mútuo entre os familiares das instituições de ensino.

Em todo este contexto foi desconsiderado que o espaço escolar tem de ser compreendido como local adequado para atribuição de significados e de sentido, para aprender, construir valores, atitudes, entre outros. No compartilhamento de escola isso é ainda mais importante, pois as pessoas necessitam se sentir parte do espaço para que não se sintam excluídas.

As maiores decorrências do processo estavam atreladas aos conflitos, às incertezas, ao consenso truncado, às comparações, a algumas melhorias e a alguns processos de discriminação. Aqueles que atuam em processos de municipalização deveriam trabalhar nessas questões encontradas neste presente estudo, pois elas são fundamentais para o resultado do trabalho.

As autoridades deveriam atuar, inclusive, para dissolver sentimentos de ambiguidade, buscando soluções para a falta de concordância e de uniformidade de opiniões, evitando, entre outras questões, que comparações apareçam. Um processo que requer diálogo, planejamento e colaboração.

Por fim, é necessário ainda destinar tempo para planejar os processos, entre outros, os de colaboração entre e junto com os atores escolares, aqueles que colocarão o projeto de municipalização em prática, ou corre-se o risco de que “sabotagens” possam ocorrer no processo.

Espera-se que os dados deste estudo possam ser utilizados pelas universidades em cursos de formação de gestores e de professores e, sobretudo, por secretarias de educação e diretorias de ensino, que vislumbram possibilidades de realizar algum tipo de processo de municipalização.

Agradecimentos

Ao Observatório de Educação da região do Grande ABC pelo financiamento do estudo.

Referências

ARAÚJO, G. C. Constituição, federação e propostas para o novo plano nacional de educação: análise das propostas de organização nacional da educação brasileira a partir do regime de colaboração. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 749-768, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, G. **Escolas param de brigar e ganham prêmio de R\$ 2mil**. Disponível em: <<https://i44.com.br/noticias/2017/11/09/escolas-param-de-brigar-e-ganham-premio-de-r-2-mil/>>. Acesso em: 02/11/2018.

BIONDI, R. L.; FELÍCIO, F. **Atributos Escolares e o Desempenho dos Estudantes: uma Análise em Pannel dos Dados do SAEB**. Brasília: INEP, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15/11/2018.

BRASIL. **LDBEN de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15/11/2018.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm>. Acesso em: 10/11/2018.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 10/11/2018.

CUNHA, E. C. Coabitação entre escolas: relações de poder e desafios para a gestão de espaços compartilhados. 139f. **Dissertação**. Mestrado apresentada à Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. 2018.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 169-201, set, 2002.

FLICK, U. **Desenho de pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, M. L. P. B.. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo e Debate**, v. 18, n. 2, p. 7-22, 2011.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. **A História do Bairro Prosperidade**. Disponível em: <<http://www.fpm.org.br/HistoriaBairros/List>>. Acesso em: 12/04/2017.

GALLO, M. Descentralização e municipalização do ensino: o caso de São Caetano do Sul. **Quipus**, ano III, n. 1, p. 83-97, dez.2013/mai. 2014.

GARCIA, P. S.; PREARO, L.; ROMEIRO, M. C; BASSI, M. A Infraestrutura das Escolas de Ensino Fundamental da Região do Grande ABC Paulista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 9, p. 614-631, 2014.

GARCIA, P. S.; GARRIDO, É. L.; MARCONI, J. Um Estudo Sobre Da Infraestrutura da Educação Infantil da Região do Grande ABC Paulista. **Holos** (NATAL. ONLINE), v. 1, p. 139-154, 2017.

GARCIA, P. S. **A municipalização no município de São Caetano do Sul**. Relatório do Observatório de Educação do Grande ABC, v. 1, n. 1, p. 1-48, 2019.

GIL, A. C. **Estudo de Caso**: Fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados – como redigir o relatório. São Paulo: Atlas. 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

IINSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados de São Caetano do Sul**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/por-cidade-estado-geociencias.html?t=destaques&c=3548807>>. Acesso em: 23/04/18.

MEIRELLES, E.; AMARAL, A. **Coabitação: escolas dividem o mesmo espaço por conveniência**. 2012. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/325/coabitacao-escolas-dividem-o-mesmo-espaco-por-conveniencia>>. Acesso em: 02/11/2018.

MENEZES FILHO, N. Os Determinantes do desempenho escolar do Brasil. São Paulo: **Instituto Futuro Brasil/IBMEC**, 2007.

MONTEIRO, L. V. Intruso em minha própria escola: conflitos no regime de coabitação em duas escolas da zona da mata mineira Juiz de Fora. 2018. 199f. **Dissertação**. Mestrado apresentada à Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DO GRANDE ABC. **Relatório do primeiro trimestre de 2018**. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2018. Disponível em: <<http://www.uscs.edu.br/sites/oegabc/escolas-do-grande-abc.html>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

OLIVEIRA, R. P. A municipalização cumpriu suas promessas de democratização da gestão educacional? Um balanço crítico. In: BROOKE, N. (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 253-259.

RAMOS, G. Municipalização do ensino e proximidade local: o outro lado da valorização docente no FUNDEF, **RBPAE**, v. 24, n. 2, p. 273-289, 2008.

SÃO CAETANO DO SUL. **Secretaria Municipal de Educação**. Disponível em: <<http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/secretarias/educacao.html>>. Acesso em: 13/02/ 2017.

SÃO CAETANO DO SUL. **Lei Municipal nº 4.454**, de 22 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/detalhe.php?ind=935&acao=B&thisOffset=8930>>. Acesso em: 16/11/2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Vozes da vizinhança**: os bairros de São Caetano por seus moradores. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória SCS, 2003.

SÃO CAETANO DO SUL. **Prefeitura Municipal SCS Municipalização 2007**. Disponível em: <<HTTP://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/interna.php?site=1&conteudo=28>>. Acesso em: 07/03/2019.

SILVEIRA, V. P. O direito educacional e a municipalização do ensino fundamental regular: pressupostos, condições e vantagens. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v. 10, n. 1, 2015.